



Prefeitura Municipal de Montanha

Estado do Espírito Santo

Praça Osvaldo Lopes, s/nº – Centro – Montanha/ES – CEP 29.890-000

Credenciamento nº 004/2025 – Processo nº 004286/2025

Termo de Referência



Prefeitura Municipal de Montanha

Estado do Espírito Santo
Praça Osvaldo Lopes, s/nº – Centro – Montanha/ES – CEP 29.890-000

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Procedimento auxiliar de credenciamento para fornecimento de combustível automotivo, tipo gasolina comum, gasolina aditiva, diese B S500 e diesel S10, visando atender toda a frota do município de Montanha/ES.

1.2. Os itens, quantidades, especificação e preço de referência se encontram detalhados em planilha anexa deste documento.

1.3. Esta licitação será processada pelo procedimento auxiliar do credenciamento previsto no art. 79 da Lei nº 14.133, de 2021, regulamentado no âmbito do município de Montanha pelo Decreto Municipal nº 4.596, de 02 de março de 2023.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo.

1.5. O objeto desta contratação se enquadra na **descrição de bens comuns**, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais do mercado conforme o disposto no art. 6º, XIII, da Lei n.º 14.133/21 e no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

1.6. O objeto possui caráter **continuado**, fundamental para a manutenção das atividades do setor público municipal, cujo fornecimento possui necessidades permanentes ou prolongadas.

1.7. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos descritos no Estudo Técnico Preliminar.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021)



Prefeitura Municipal de Montanha

Estado do Espírito Santo

Praça Osvaldo Lopes, s/nº – Centro – Montanha/ES – CEP 29.890-000

4.2. A indicação de marca não se aplica à presente contratação, lembrando que o posto revendedor varejista de combustíveis automotivos que optar por exibir marca comercial de distribuidor de combustíveis líquidos e comercializar combustíveis de outros fornecedores deverá exibir, na identificação do combustível, o nome fantasia dos fornecedores, conforme art. 20, § 2º, da Resolução ANP nº 948, de 05 de outubro de 2023:

4.2.1. **Posto bandeirado:** Quando optar por exibir a marca comercial de um distribuidor, o posto deverá vender somente combustíveis fornecidos pelo distribuidor detentor da marca comercial exibida aos consumidores.

4.2.2. **Posto bandeira branca:** Quando optar por não exibir marca comercial de nenhuma distribuidora, o posto deverá identificar, de forma destacada e de fácil visualização pelos consumidores, em cada bomba abastecedora, o distribuidor fornecedor do respectivo combustível.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. A vedação de marca não se aplica à presente contratação, devendo se atentar ao disposto no art. 20, § 2º, da Resolução ANP nº 948, de 05 de outubro de 2023.

Subcontratação

4.4. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação nos termos do artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de fornecimento

5.1. O fornecimento será parcelado, sob demanda, de acordo com a necessidade, sendo os tipos de combustíveis objeto do credenciamento:

5.1.1. **Gasolina Comum;**

5.1.2. **Gasolina Aditiva;**

5.1.3. **Diesel B S500 e**

5.1.4. **Diesel S10.**

5.2. O posto revendedor de combustível interessados em se credenciar deverá estar apto e cumprir com todas as disposições da Resolução ANP nº 948, de 05 de outubro de 2023, ou outra que vier a substituí-la.

5.3. Os veículos serão abastecidos no posto credenciado, conforme preestabelecido no credenciamento.

5.4. Caso se credencie mais de um posto, os veículos serão encaminhados de forma igualitária entre estes, na forma de **rodízio semanal**, de forma que todos os credenciados realizem o fornecimento.

5.4.1. A ordem de contratação e o início do rodízio serão determinados com base na data e hora de solicitação do credenciamento no sistema eletrônico, seguindo essa ordem sucessivamente, caso haja mais de um posto



Prefeitura Municipal de Montanha

Estado do Espírito Santo
Praça Osvaldo Lopes, s/nº – Centro – Montanha/ES – CEP 29.890-000

credenciado, desde que estejam devidamente aptos, conforme estabelecido neste TR.

5.4.2. **O rodízio iniciará sempre às terças-feiras de cada semana, cujos abastecimentos se darão até a próxima segunda-feira, totalizando 07 (sete) dias de fornecimento**, observado o critério de atualização de preços estipulado neste TR. No **Anexo II** encontra-se uma representação mais visual de como será a sistemática de rodízio.

5.5. O abastecimento eventual dos veículos em posto de abastecimento diverso do originariamente definido será realizado em caso de emergência, quando não for realmente possível o seu deslocamento até o credenciado cujo rodízio esteja correndo, e deverá ser autorizado pelo gestor responsável.

5.6. Os postos credenciados para abastecer a frota da secretaria de saúde no município deverá permanecer 24 horas disponível, conforme a necessidade e urgência nos abastecimentos.

5.7. O remanejamento de quantidade entre postos que vierem a se credenciar posteriormente será feito por simples apostila na forma do art. 136, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, sempre que necessário.

5.7.1. As primeiras contratações deverão abarcar todo o quantitativo estimado para o credenciado. Caso novos fornecedores se credenciem, o quantitativo será remanejado e dividido de forma igualitária entre os credenciados por simples termo de apostila.

5.7.2. Caso, na primeira contratação, já haja mais de um fornecedor credenciado, já deverá ser dividido o quantitativo de forma igualitária na emissão dos termos de contrato.

5.7.3. Para os demais casos a distribuição entre os novos postos credenciados considerará o saldo remanescente, se já executado parte do credenciamento, e não o total do credenciamento para que haja isonomia no rodízio do fornecimento.

Exemplo 1:

Total de Gasolina do Credenciamento: 10.000 litros

Fornecedor 1 se credenciou, foi contratado e utilizado 5.000 litros. Saldo: 5.000 litros

Fornecedor 2 se credenciou posteriormente

Será dividido: 2.500 litros para o Fornecedor 1 e 2.500 litros para o Fornecedor 2

5.7.4. Numa eventual renovação dos contratos, a divisão igualitária entre os credenciados considerará o total inicialmente estipulado nesse procedimento, quando o saldo automaticamente se renovará, por se tratar de fornecimento contínuo, de forma a dar isonomia no rodízio do fornecimento.

Exemplo 2:

*Para a hipótese exemplificada no **Exemplo 1** acima, na renovação dos termos de contrato, o quantitativo será de 5.000 litros para o Fornecedor 1 e 5.000 litros para o Fornecedor 2*

5.7.5. A distribuição da demanda entre os postos poderá ser dispensada de elaboração de um documento



Prefeitura Municipal de Montanha

Estado do Espírito Santo
Praça Osvaldo Lopes, s/nº – Centro – Montanha/ES – CEP 29.890-000

formal, tal como termo de simples apostila, respeitado o rodízio semanal estabelecido entre os credenciados.

5.8. O fornecimento ocorrerá em todos os dias da semana, inclusive aos sábados, domingos e feriados, para abastecimento da **frota da saúde**, os postos credenciados deverá permanecer **aberto 24 (vinte e quatro) horas**.

5.9. O combustível deverá ser fornecido pelos postos credenciados, conforme rodízio pré-estabelecido, **mediante autorização da Secretaria requisitante**, consignando na requisição, no mínimo:

- I. Data da autorização;
- II. Identificação do condutor (motorista);
- III. Identificação do veículo (placa);
- IV. Registro da distância percorrida do veículo até aquela data (odômetro ou horímetro), se for caso;
- V. Tipo de combustível a ser fornecido (gasolina comum / aditivada / diesel B S500/ diesel S10);
- VI. Quantidade de combustível abastecido (em litros ou valor monetário);
- VII. Preço unitário conforme tabela ANP no momento do abastecimento;
- VIII. Assinatura do responsável autorizador;
- IX. Assinatura do motorista; e
- X. Data do abastecimento.

5.10. Em suas impossibilidades, o gestor poderá, no âmbito do seu poder discricionário, designar outro responsável para a assinatura da autorização.

5.10.1. **É necessário que, após o abastecimento, seja emitido o cupom fiscal ou documento similar pelo posto, sendo este anexado à autorização de abastecimento em posse do motorista, para fins de controle e verificação da correta prática dos preços cobrados, divididos por Secretaria, conforme o consumo dos veículos de cada centro de custo e emitir Nota Fiscal conforme definido no documento citado.**

5.10.2. Os postos de combustíveis credenciados deverão, além da emissão de cupom fiscal para cada abastecimento, **fornecer ao Setor de Controle de Frota, quinzenalmente, os arquivos XML** correspondentes aos cupons fiscais emitidos durante os abastecimentos. Esses arquivos deverão ser encaminhados por e-mail de cada secretaria, com o objetivo de permitir a verificação ágil e precisa dos preços praticados, garantindo que os valores cobrados estejam em conformidade com os preços previamente acordados ou praticados durante o respectivo período (conforme consta a tabela ANP). O envio dos arquivos XML será obrigatório e integrará o processo de fiscalização e controle de gastos com combustíveis.

5.10.3. Caso o posto não detenha, por meio dos seus sistemas, a possibilidade de emissão de arquivos XML de cada cupom fiscal gerado, serão aceitos os XML correspondentes ao NFC-e ou NF-e emitidos durante os abastecimentos.

5.11. O valor pago ao posto revendedor credenciado será correspondente ao **PREÇO MÉDIO DE REVENDA DO MUNICÍPIO DE LINHARES/ES – REFERENTE A SEMANA DE PESQUISA DO DIA 14/12/2025 A 20/12/2025** disponibilizado pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), não havendo sobre esses preços percentual de desconto fixado pela Administração Pública.

5.11.1. Até, no máximo, toda sexta-feira, a ANP publica em seu site a pesquisa semanal de preços, referente a última coleta, ou seja, na semana anterior a da publicação.

5.11.2. O preço de referência (preço ANP médio para Linhares/ES), será consultado semanalmente no link



Prefeitura Municipal de Montanha

Estado do Espírito Santo

Praça Osvaldo Lopes, s/nº – Centro – Montanha/ES – CEP 29.890-000

correspondente, quando divulgado pela ANP, e poderá **automaticamente atualizado para valer a partir da terça-feira da semana seguinte a da divulgação dos preços pela ANP.**

5.11.2.1. A atualização automática dos preços de que trata o item 5.11.2 será acompanhado pela Secretaria Municipal de Administração, que será disponibilizado a todos os interessados, preferencialmente, através de divulgação no Diário Oficial do Município (AMUNES).

5.11.2.2. Os preços atualizados valerão a partir da **terça-feira** da semana seguinte a da divulgação dos preços pela ANP, ficando vigentes até a **segunda-feira** da próxima semana, totalizando 07 (sete) dias de fornecimento e assim sucessivamente (vide **Anexo II deste TR**).

5.11.3. **EM HIPÓTESE ALGUMA, o abastecimento poderá ser maior que o preço da tabela ANP do posto revendedor, no momento do abastecimento, e caso isso ocorra, deve prevalecer o preço menor para aquela semana. Inclusive, se o posto revendedor, estipular preço diferenciado para pagamento a prazo e a vista, conforme art. 20, § 1º, da Resolução ANP nº 948, de 2023, deverá ser considerado, para a análise tratada aqui, o PREÇO PARA PAGAMENTOS À VISTA. Ou seja, se no momento do abastecimento o valor pago aos credenciados for maior do que o preço estipulado da ANP, paga-se o valor indicado pela tabela ANP.**

5.11.4. No caso de que trata o subitem acima, para o pagamento do preço da bomba, o posto revendedor poderá, nos fechamentos semanais de abastecimento de cada Secretaria, aplicar na nota fiscal a diferença dos preços finais na forma de desconto.

5.11.5. **Em caso de feriado em segunda-feira:** os novos preços serão publicados no próximo dia útil para aplicação no dia seguinte, sendo que isso não altera a escala de rodízio, e o preço que vigorará é o último publicado no DOM até essa nova atualização ocorrer. Portanto, se o próximo dia útil for terça-feira, a publicação ocorrerá neste dia, e o novo preço passará a ser praticado na quarta-feira, prevalecendo, novamente, sempre o menor valor entre este preço atualizado. **Frise que o rodízio semanal entre os postos ocorrerá automaticamente, independente de feriados.**

5.11.6. Na assinatura do contrato já deverá ser observado o último valor divulgado pela ANP (preço médio para linhares/ES), observadas as regras estipuladas, na forma do art. 79, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.11.7. A atualização dos preços será aplicada ao credenciamento enquanto permanecer vigente e também aos contratos firmados e a firmar, oriundos do edital de credenciamento.

5.11.8. A emissão de novos contratos obedecerá ao último valor praticado no credenciamento, de forma que todos os contratos emitidos vigorem com o mesmo preço de referência.

5.12. As quantidades consideradas no quadro de quantitativo estimado (**Anexo I**) visam somente oferecer aos proponentes elementos para avaliação do potencial de fornecimento. Nesse caso, essas quantidades não constituem, sob nenhuma hipótese, garantia de volume de produto a ser requisitado, devendo ser respeitado, inclusive, o critério de distribuição estabelecido, caso haja mais de um posto credenciado para o(s) item(ns).

Garantia dos produtos

5.13. O prazo de garantia dos produtos é aquele previsto na Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. CREDENCIAMENTO



Prefeitura Municipal de Montanha

Estado do Espírito Santo
Praça Osvaldo Lopes, s/nº – Centro – Montanha/ES – CEP 29.890-000

6.1. Para o objeto deste Termo de Referência será adotado o procedimento auxiliar do credenciamento previsto no art. 79 da Lei nº 14.133, de 2021, na forma que dispõe o Decreto Municipal nº 4.596/2023, sob a hipótese de **mercados fluidos**.

7. VIGÊNCIA

7.1. O credenciamento ficará permanentemente aberto durante a vigência do edital de chamamento público pelo **prazo de 36 (trinta e seis) meses**.

7.1.1. Após divulgação da lista de credenciados, o município poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.2. A administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do seu credenciamento para assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no edital de credenciamento.

7.1.3. O prazo de validade do termo de credenciamento de cada interessado acompanhará o prazo de validade do edital de chamamento público.

7.1.4. O credenciamento não obriga a administração pública a contratar, conforme previsto no Decreto Municipal nº 4.596/2023.

7.2. O prazo de vigência do termo de contrato será de **12 (doze) meses**, contados da **assinatura do instrumento**, na forma da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado.

7.2.1. O prazo de vigência do **primeiro instrumento de contrato** firmado através do credenciamento será de **12 (doze) meses**, valendo a data de assinatura como termo inicial de vigência, e **os demais contratos firmados** no decorrer da vigência do credenciamento terão o mesmo final de vigência do primeiro contratado, para posterior prorrogação de todos ao mesmo tempo, visando um melhor gerenciamento dos contratos pelo gestor.

7.3. Quando se tratar de contratação de serviços e/ou fornecimentos contínuos, o prazo de vigência do contrato **poderá ser prorrogado por até 10 (dez) anos**, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3.1. A prorrogação de que trata o item acima é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado. Para tanto, será verificado se o preço aplicado sobre os combustíveis permanece vantajoso para a administração pública, por se tratar de mercados fluidos, objeto de constante atualização de preços.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.3. O órgão poderá convocar o representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão poderá convocar o representante da



Prefeitura Municipal de Montanha

Estado do Espírito Santo

Praça Osvaldo Lopes, s/nº – Centro – Montanha/ES – CEP 29.890-000

empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

8.5. A fiscalização será exercida por servidor(es) indicado(s), formalmente designado(s) para o acompanhamento da contratação e entrega dos produtos, bem como para atestar o recebimento provisório e definitivo.

8.6. Aos servidores investidos na função de fiscal, especialmente designados pela Administração, compete:

8.7. Exercer de modo sistemático a fiscalização e o acompanhamento da execução da contratação, objetivando verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.

8.8. Solicitar à CONTRATADA a substituição do objeto, que apresente defeito insanável durante seu uso, durante o prazo de garantia, cujo prazo será de 24 (vinte e quatro) horas.

8.9. Anotar em registro próprio, comunicando ao preposto da CONTRATADA as irregularidades constatadas, informando prazo para sua regularização, propondo à Administração, quando for o caso, a aplicação das penalidades previstas na legislação pertinente.

8.10. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização da contratação serão submetidas à apreciação da autoridade superior do órgão, para adoção das medidas cabíveis, consoante ao disposto no art. 117, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021;

8.11. Exigências da fiscalização, respaldada na legislação aplicável, no TR e Edital, deverão ser imediatamente atendidas pela CONTRATADA;

8.12. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste TR e na legislação vigente;

8.13. A fiscalização será exercida no interesse exclusivo do órgão e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade;

8.14. A fiscalização do contrato será auxiliada pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

Gestor do Contrato

8.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo(s) fiscal(is) do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do instrumento e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.



Prefeitura Municipal de Montanha

Estado do Espírito Santo

Praça Osvaldo Lopes, s/nº – Centro – Montanha/ES – CEP 29.890-000

8.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.18. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.19. Verificar se os preços praticados pelos credenciados foram corretamente atendidos, quanto ao menor valor entre o preço atualizado pela Prefeitura e o preço da bomba, sendo que essa verificação poderá ser auxiliada por servidor designado pelo gestor.

9. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO E DE PAGAMENTO

9.1. Os bens serão recebidos de forma sumária, no ato da entrega será fornecido documento fiscal de abastecimento ou equivalente, entregue pela contratada ao motorista, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos imediatamente, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.5. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.6. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

9.7. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.



Prefeitura Municipal de Montanha

Estado do Espírito Santo

Praça Osvaldo Lopes, s/nº – Centro – Montanha/ES – CEP 29.890-000

9.8. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.9. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista constatada por meio da documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

9.10. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.12. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento:

9.14. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelos produtos adquiridos, **em até 30 (trinta) dias corridos**, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, caso haja a aceitabilidade dos produtos, cabendo a contratada comprovar sua regularidade fiscal conforme solicitado para celebrar contrato.

9.15. Ocorrendo erros na apresentação dos documentos fiscais, será solicitada à CONTRATADA imediata correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento somente será contado a partir da data da regularização.

9.16. O órgão poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela CONTRATADA, em decorrência de descumprimento de suas obrigações.

9.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.18. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

Forma de pagamento:

9.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



Prefeitura Municipal de Montanha

Estado do Espírito Santo
Praça Osvaldo Lopes, s/nº – Centro – Montanha/ES – CEP 29.890-000

9.22. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

9.24. A presente contratação não permite a antecipação de pagamentos.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. Conforme previsto no art. 79, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 14.133, 2021, para o caso de mercado fluídos, objeto deste Termo de Referência, a Administração deverá registrar as cotações de mercado vigentes no momento da contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. O procedimento auxiliar de credenciamento não obriga a administração pública a contratar, conforme previsto no Decreto Municipal nº 4.596/2023, dessa forma, assim como na dinâmica adotada pelo procedimento auxiliar do sistema de registro de preços, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

11.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento, observando-se o que dispõe o artigo 106, da Lei 14.133/2021.

12. OBRIGAÇÕES

12.1. Das obrigações do contratante:

12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

12.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

12.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

12.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

12.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

12.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente TR e futuro Contrato;



Prefeitura Municipal de Montanha

Estado do Espírito Santo

Praça Osvaldo Lopes, s/nº – Centro – Montanha/ES – CEP 29.890-000

12.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na Lei e neste Contrato;

12.1.8. Cientificar o órgão responsável do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

12.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do futuro Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

12.1.10. A Administração terá o prazo de **20 (vinte) dias úteis**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

12.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro ou eventuais pedidos de repactuação de preços, se for caso, feitos pelo contratado no prazo máximo estabelecido abaixo, lembrando que o prazo para resposta aos pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro e ao pedido de repactuação de preços determinado no contrato administrativo (art. 92, inciso X e XI, e § 6º da Lei n. 14.133/2021) começa a fluir somente a partir do momento em que o pedido da contratada se encontre correto e completamente instruído (Enunciado 25 CJF):

12.1.11.1. 20 (vinte) dias úteis para os pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro; e

12.1.11.2. 45 (quarenta e cinco) dias para os pedidos de repactuação de preços.

12.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, quando for o caso.

12.1.12.1. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

12.2. Das obrigações do contratado:

12.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do presente TR e futuro contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.2.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso;

12.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

12.2.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

12.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.2.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.2.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e



Prefeitura Municipal de Montanha

Estado do Espírito Santo

Praça Osvaldo Lopes, s/nº – Centro – Montanha/ES – CEP 29.890-000

qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.2.8. Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 2) certidão que comprove a regularidade perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do contratado;
- 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 4) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.2.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

12.2.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

12.2.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

12.2.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

12.2.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.2.14. Comprovar, quando solicitado, a reserva de cargos a que se refere no subitem acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

12.2.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.2.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

12.2.18. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência, se for o caso;

12.2.19. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução



Prefeitura Municipal de Montanha

Estado do Espírito Santo

Praça Osvaldo Lopes, s/nº – Centro – Montanha/ES – CEP 29.890-000

deste contrato, se for o caso;

12.2.20. Conduzir o contrato com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina, quando for o caso.

12.2.21. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere, quando for o caso.

12.2.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, se for o caso.

13. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Disposições acerca desta cláusula estarão em tópico específico do Edital de Chamamento Público.

14. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

14.1. Fica vedada a participação de empresas em consórcio, para o caso concreto, que é o que melhor atende ao interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade e economicidade, conforme justificativas do Estudo Técnico Preliminar.

15. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

15.1. Conforme art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar do procedimento quando:

15.1.1. A constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009, no que couber;

15.1.2. A cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

15.1.3. Qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

15.1.4. O objeto deste procedimento referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

15.2. No presente procedimento, fica permitida a participação de cooperativas, devendo apresentar, **na fase de habilitação**, os seguintes documentos além dos demais exigidos:

15.2.1. Relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;



Prefeitura Municipal de Montanha

Estado do Espírito Santo
Praça Osvaldo Lopes, s/nº – Centro – Montanha/ES – CEP 29.890-000

15.2.2. Demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

15.2.3. Declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

15.2.4. Comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

15.2.5. Registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

15.2.6. Comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

15.2.7. Comprovação da regularidade jurídica da cooperativa através dos seguintes documentos:

15.2.7.1. Ata de fundação;

15.2.7.2. Estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

15.2.7.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

15.2.7.4. Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

15.2.7.5. Três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

15.2.7.6. Ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

15.2.7.7. Última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

16. REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

16.1. No presente caso, como trata-se de fornecimento de itens de mercados fluídos e como a Administração fixará como preço referencial o PREÇO ANP MÉDIO DO MUNICÍPIO DE LINHARES/ES, divulgado semanalmente, não há que se falar em indicação de índice de reajustamento, uma vez que a atualização se dará conforme a divulgação de nova tabela pela ANP, de forma a absorver as oscilações do mercado de combustíveis.

17. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

17.1. A convocação dos credenciados para contratação será realizada de acordo com as regras definidas neste termo de referência e no edital de chamamento, respeitado o critério objetivo estabelecido para distribuição da demanda, o qual deverá garantir a igualdade de oportunidade entre os interessados.

17.2. O credenciamento será realizado **por item**, permitindo que os postos se credenciem desde que estejam dentro do raio estipulado no ETP.

17.3. O credenciamento irá atender o abastecimento dentro do município e distrito, contribuindo para a prestação de serviços públicos de qualidade à população.

17.4. A administração permitirá o cadastramento permanente de novos interessados, enquanto o edital de



Prefeitura Municipal de Montanha

Estado do Espírito Santo
Praça Osvaldo Lopes, s/nº – Centro – Montanha/ES – CEP 29.890-000

chamamento permanecer vigente.

17.5. Os interessados deverão estar previamente cadastrados na plataforma eletrônica utilizada para realização do credenciamento e apresentar requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar para o fornecimento dos bens.

17.6. É vedada a participação no processo de credenciamento de interessado que:

17.6.1. Esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública municipal; ou

17.6.2. Mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do município ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

Forma de fornecimento

17.7. O objeto será fornecido de forma **parcelada e continuada**.

Exigências de habilitação

17.8. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do(s) fornecedor(es), será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

17.9. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - **CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

17.10. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – **CNEP**, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

17.11. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – **CNCIAI**, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php); e

17.12. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” e “c” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>), visto que esse abrange o cadastro no CNJ, do CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP do Portal da Transparência.

17.13. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

17.14. Para fins de habilitação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica (de acordo com a forma de constituição da empresa)

17.15. **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

17.16. **Microempreendedor Individual - MEI**: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual –



Prefeitura Municipal de Montanha

Estado do Espírito Santo
Praça Osvaldo Lopes, s/nº – Centro – Montanha/ES – CEP 29.890-000

CCMEI;

17.17. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

17.18. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

17.19. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

17.20. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

17.21. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

17.22. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

17.23. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

17.24. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal e/ou estadual, quando houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

17.25. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão negativa (ou positiva com efeito de negativa), expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

17.26. Prova de regularidade de débito com a Fazenda Estadual, mediante apresentação da certidão negativa (ou positiva com efeito de negativa) de débitos tributários da dívida ativa do estado, emitido pela Procuradoria Geral do Estado, nos limites de sua validade, da sede ou do domicílio da empresa;

17.27. CRF – Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

17.28. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (ou positiva com efeito de negativa), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.



Prefeitura Municipal de Montanha

Estado do Espírito Santo
Praça Osvaldo Lopes, s/nº – Centro – Montanha/ES – CEP 29.890-000

17.29. Caso o interessado em se credenciar seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

Qualificação Econômico-Financeira

17.30. **Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos do artigo 69, caput, inciso II da Lei 14.133/2021.

17.30.1. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, este deverá ser comprovar o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso. Referido Plano deverá ser apresentado junto da documentação de habilitação.

Qualificação Técnica

17.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento do material em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

17.31.1. A fim de comprovar os requisitos acima, a Licitante, caso julgue necessário, poderá encaminhar, juntamente com o atestado, cópias de contratos, Ordens de Serviços (devidamente assinadas), Notas de Empenho, Notas Fiscais/Faturas ou outros documentos equivalentes.

17.32. Licença de Operação - LO, emitida por órgão ambiental estadual ou municipal competente, relativo a sede da Licitante

17.33. Registro ou inscrição junto à AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP) para comprovação de que o posto de abastecimento é autorizado a exercer atividade de revenda de combustíveis no varejo, conforme Resolução ANP nº 948, de 05 de outubro de 2023, ou outra que vier a substituí-la, emitido pelo site: (www.anp.gov.br).

17.34. Alvará de Localização e Funcionamento;

17.35. Alvará de segurança contra incêndio e pânico, fornecido pelo corpo de bombeiros, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

Declarações

17.36. **Declaração de Responsabilidade Unificada**, constante em anexo ao edital de chamamento público.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1. Qualquer tolerância por parte do município, no que tange ao cumprimento das obrigações ora assumidas pela contratada, não importará, em hipótese alguma, em alteração contratual, novação, transação ou perdão, permanecendo em pleno vigor todas as condições do ajuste e podendo o município exigir o seu cumprimento a qualquer tempo.

18.2. A presente contratação não estabelece qualquer vínculo de natureza empregatícia ou de responsabilidade entre o Município e os agentes, prepostos, empregados ou demais pessoas designadas pela Contratada para



Prefeitura Municipal de Montanha

Estado do Espírito Santo

Praça Osvaldo Lopes, s/nº – Centro – Montanha/ES – CEP 29.890-000

a execução do objeto contratual, sendo a Contratada a única responsável por todas as obrigações ou encargos decorrentes das relações de trabalho entre ela e seus profissionais ou contratados, previstos na legislação pátria vigente, seja trabalhista, previdenciária, social, de caráter securitário ou qualquer outra.

18.3. A Contratada, por si, seus agentes, prepostos, empregados ou quaisquer encarregados, assume inteira responsabilidade por quaisquer danos ou prejuízos causados, de forma direta ou indireta, ao Município, seus servidores ou terceiros, produzidos em decorrência da execução do objeto contratado, ou da omissão em executá-lo, resguardando-se ao Município o direito de regresso na hipótese de ser compelido a responder por tais danos ou prejuízos.

18.4. A Contratada guardará e fará com que seu pessoal guarde sigilo sobre dados, informações ou documentos fornecidos pelo Município ou obtidos em razão da execução do objeto contratual, sendo vedadas todas ou quaisquer reproduções dos mesmos, durante a vigência do ajuste e mesmo após o seu término.

18.5. Todas as informações, resultados, relatórios e quaisquer outros documentos obtidos ou elaborados pela Contratada durante a execução do objeto contratual serão de exclusiva propriedade do Município, não podendo ser utilizados, divulgados, reproduzidos ou veiculados, para qualquer fim, senão com a prévia e expressa autorização do Município, sob pena de responsabilização administrativa, civil ou criminal, nos termos da legislação.

Montanha/ES, 24 de dezembro de 2025.

Termo de Referência elaborado por:

Leonardo Galvão de Oliveira

Secretário de Administração e Planejamento

Elson Soares da Paixão

Secretário de Agricultura

Afredo José Fernandes

Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Viação



Prefeitura Municipal de Montanha

Estado do Espírito Santo

Praça Osvaldo Lopes, s/nº – Centro – Montanha/ES – CEP 29.890-000

Társis Dellano Ferreira Wyatt

Secretário de Educação, Ciência e Tecnologia

Clébio Maciel Raulino

Secretário de Meio Ambiente

Iran Campos Souza

Chefe de Gabinete

Adilson Barreto Venefrides

Secretário de Desporto

Evany Porto de Lira

Secretária de Cultura e Turismo

Luciane dos santos Rocha

Secretária da Fazenda

Monalisa Lopes Miranda

Coordenadora do Fundo Municipal de Saúde

Luciana Teixeira Viana Santos

Coordenadora do Fundo Municipal de Assistência Social



Prefeitura Municipal de Montanha

Estado do Espírito Santo
Praça Osvaldo Lopes, s/nº – Centro – Montanha/ES – CEP 29.890-000

Aprovo o presente Termo de Referência;

Iracy Carvalho Machado Baltar Filha
Prefeita Municipal

Leila Machado Carvalho Baltar Rodrigues
Gestora do FMS

Dalyane da Silva Moreira Costa
Gestora do FMAS



Prefeitura Municipal de Montanha

Estado do Espírito Santo

Praça Osvaldo Lopes, s/nº – Centro – Montanha/ES – CEP 29.890-000

ANEXO I

Estimativa das quantidades e valores

Deverão ser adquiridos os materiais abaixo:

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHA – DIVERSOS SETORES (ESTIMATIVA DE QUANTIDADE PARA ABASTECIMENTO NO MUNICÍPIO DE MONTANHA)

ITEMS	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	SECRET. OBRAS (GABINETE E TRANSPORTE)	SECRET. AGRICULTURA (GABINETE E AGRICULTURA)	SECRET. ADM / PLANEJAMENTO (GABINETE)	GABINETE DO PREFEITO	SECRET. MEIO AMBIENTE (GABINETE E LIMPEZA PÚBLICA)	SECRET. EDUCAÇÃO (GABINETE E ENSINO FUNDAMENTAL)	SECRET. DESPORTO (GABINETE)	SECRET. CULTURA E TURISMO (GABINETE)	SECRET. FAZENDA (GABINETE)	VALOR MÉDIO TABELA ANP R\$	VALOR ESTIMADO TOTAL R\$
01	Gasolina Comum	12.000	20.000	8.000	20.000	28.000	10.000	6.000	8.000	8.000	R\$ 6,59	R\$ 790.800,00
02	Gasolina Aditivada	12.000	12.000	8.000	20.000	20.000	24.000	6.000	8.000	8.000	R\$ 6,59	R\$ 777.620,00
03	Óleo Diesel S-10	80.000	80.000	-	8.000	120.000	100.000	6.000	-	-	R\$ 5,95	R\$ 2.344.300,00
04	Óleo B S500	160.000	100.000	-	8.000	120.000	80.000	-	-	-	R\$ 5,89	R\$ 2.756.520,00

SOMA TOTAL R\$ 6.669.240,00 (seis milhões seiscentos e sessenta e nove mil duzentos e quarenta reais).



Prefeitura Municipal de Montanha

Estado do Espírito Santo

Praça Osvaldo Lopes, s/nº – Centro – Montanha/ES – CEP 29.890-000

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – DIVERSOS SETORES

(ESTIMATIVA DE QUANTIDADE PARA ABASTECIMENTO NO MUNICÍPIO DE MONTANHA/ES)

ITENS	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	SECRET. SAÚDE	UNID.	QUANT. TOTAL	VALOR MÉDIO TABELA ANP R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
01	Gasolina Comum	60.000	Litros	60.000	R\$ 6,59	R\$ 395.400,00
02	Gasolina Aditivada	40.000	Litros	40.000	R\$ 6,59	R\$ 263.600,00
03	Óleo Diesel S-10	80.000	Litros	80.000	R\$ 5,95	R\$ 476.000,00
04	Óleo B S500	80.000	Litros	80.000	R\$ 5,89	R\$ 471.200,00

SOMA TOTAL R\$ 1.606.200,00 (um milhão seiscentos e seis mil e duzentos reais).

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – DIVERSOS SETORES

(ESTIMATIVA DE QUANTIDADE PARA ABASTECIMENTO NO MUNICÍPIO DE MONTANHA/ES)

ITENS	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	SECRET. SOCIAL ASSISTENCIA	UNID.	QUANT. TOTAL	VALOR MÉDIO TABELA ANP R\$	VALOR TOTAL ESTIMADO R\$
01	Gasolina Aditivada	36.000	Litros	36.000	R\$ 6,59	R\$ 237.240,00
02	Gasolina Comum	36.000	Litros	36.000	R\$ 6,59	R\$ 237.240,00

SOMA TOTAL R\$ 474.480,00 (quatrocentos e setenta e quatro mil quatrocentos e oitenta reais).



ANEXO II - Sistemática do rodízio aplicado

	Semana 1							Semana 2							Semana 3						
	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg
gasolina comum																					
	POSTO 1							POSTO 2							POSTO 3						
diesel S10																					
	POSTO 1							POSTO 2							POSTO 3						

- Sex** até, no máximo, toda sexta-feira, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) publica em seu site a pesquisa semanal de preços, referente a última coleta, ou seja, na semana anterior a da publicação
- Seg** último dia do rodízio e publicação no Diário Oficial do Município (AMUNES) dos novos preços a serem aplicados a partir de terça-feira, com base no Preço Médio de Revenda constante na última publicação da ANP.
- Ter** início do rodízio e da aplicação do preço atualizado pelo credenciado ou, se o preço da bomba for menor que o reajustado pela Prefeitura naquela semana, prevalecerá o valor da bomba

